



O ENQUADRAMENTO DO SUJEITO NAS PÁGINAS DE UM JORNAL DIÁRIO

THE FRAMEWORK OF THE SUBJECT IN THE PAGES OF A DAILY NEWSPAPER

MARIA APARECIDA PINTO ¹; MARTA REGINA MAIA ²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (MARIANA – MG)

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o enquadramento conferido ao cidadão comum como fonte de informação na editoria Cotidiano do jornal *Folha de S. Paulo*, no período de agosto a dezembro de 2010. A partir da perspectiva de uma análise de conteúdo que não confere ao texto um sentido intrínseco, mas que o toma como expressão de significados socialmente inscritos, constata-se um processo de desvalorização da voz do sujeito comum nas notícias estudadas.

Palavras-chave: cidadão comum; enquadramento; fontes; jornalismo; análise de conteúdo.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the framework given to ordinary citizens as a source of information on editorship Cotidiano of the newspaper *Folha de S. Paulo*, from August to December 2010. From the perspective of a content analysis that does not confer to the text an intrinsic meaning, but that takes as an expression of social meanings inscribed, there is a process of devaluation of the ordinary subject's voice on the news studied.

Keywords: ordinary citizen; framework; sources; journalism; content analysis.

¹ Graduanda do 8º período de Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Narrativas, Processos Jornalísticos e Culturais (CNPq/UFOP). Bolsista de Iniciação Científica do Programa da UFOP (PIP) em 2010/2011. E-mail: mariajornalismo2009@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta II do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem, Narrativas, Processos Jornalísticos e Culturais (CNPq/UFOP). Orientadora de Iniciação Científica da estudante no período 2010/2011. E-mail: marta@martamaia.pro.br.

Introdução

O acontecimento alimenta a produção jornalística. Os noticiários televisivos, radiofônicos, os veículos impressos e os portais pautam-se pela cobertura de acontecimentos que afetam de alguma forma a vida dos cidadãos. Neste sentido, não há jornalismo sem acontecimento. Devido a esta prerrogativa faz-se necessário aprofundar quais critérios ou características possibilitam a identificação e a classificação de um acontecimento. O acontecimento é um processo de desdobramento de ações que culminam em uma ação que recebe visibilidade ao ser noticiada. Entretanto, há em todo este desenrolar implicações múltiplas de componentes atuantes que constroem a realidade social, na perspectiva de que o fenômeno possui uma vertente relacional e, somente, portanto, condizente com a finalidade do jornalismo: informar o cidadão sobre o que acontece.

A importância primeira do acontecimento encontra-se na sua ordem relacional. Segundo Louis Quéré (2005, p. 60), o acontecimento ocorre a alguém e neste ponto encontra-se um dos aspectos que o torna acontecimento. O artigo objetiva o tratamento da analogia entre acontecimento e fontes, uma vez que as notícias são construídas por meio de procedimentos de entrevistas que visam à obtenção de informação. Neste âmbito, as fontes são vertedouros de informação. Atrás de cada notícia há a participação direta ou indireta de um sujeito. Fato que legitima a publicação por poder apresentar relevante influência na vida das pessoas.

Mas o contato e o tratamento fornecido aos entrevistados na feitura das notícias não são igualitários variando de acordo com a categoria em que se enquadram, com a posição social a que pertencem e com a classificação que as configuram. A participação do homem comum ou cidadão comum na produção das notícias surge nesta conjuntura. Frequentemente citado, por meio de frases que reproduzem literalmente suas falas ou por meio de construções indiretas que se “assemelham” ao que foi dito por este tipo de fonte, o cidadão comum não é notado de forma efetiva nas construções jornalísticas.

O *habitus* (BOURDIEU, 2008) do campo jornalístico também contribui para que isto aconteça, pois a rotina de produção que apregoa a objetividade e a imediatividade impõe uma

barreira à perspectiva de que os fatos sociais não existem por si sós, mas são distendidos por atores sociais. Percebe-se a falta de reflexão sobre os indivíduos aos quais as práticas jornalísticas denominam fontes, mais no que se refere de forma especial, às fontes não institucionais que têm suas falas editadas. Deste modo, há a formação de uma face identitária que limita e superficializa, quando não estereotipa o ator social que concede uma fala, uma vez que este sujeito é conhecido apenas pelo que é publicado.

A realidade não está dada, ao contrário ela configura-se como *constructo*, desta forma, as fontes constituem princípio básico do jornalismo, uma vez que, oferecem visões diferenciadas do processo de construção, o que se denomina polifonia. Nesta, as vozes devem ser ouvidas e respeitadas de forma justa. Mas ao folhear um jornal percebe-se claramente que há uma hierarquia e certo *status* de vozes que se diferenciam em dois extremos: as fontes especializadas/profissionais e institucionais recebem maior prestígio e monopolizam as consideradas editoriais nobres, enquanto nos cadernos conhecidos como “Geral”, no caso estudado com a denominação de *Cotidiano*, prevalecem as falas de cidadãos comuns e anônimos que “ilustram” assuntos tratados de forma, muitas das vezes, sensacionalistas. É importante ressaltar que este processo relaciona-se diretamente com o lugar de fala do sujeito social.

Desta forma, o objetivo do artigo é analisar como o homem comum é enquadrado nas matérias do caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S. Paulo*, expondo como o jornal representa este tipo de fonte. O *corpus* de análise compreende matérias das edições de agosto de 2010 a dezembro do mesmo ano. A partir da leitura destas edições, optou-se pelo estudo das matérias relacionadas à questão de moradia (categorias espacial e urbana), examinando-se as fontes presentes nas matérias e reportagens por meio do enquadramento fornecido aos cidadãos comuns em relação a outros tipos de fontes presentes.

Acontecimento e sujeito social: relações intrínsecas

No estudo, mostra-se pertinente uma abordagem do que seria categorizado como acontecimento, assim, trata-se deste assunto dentro das perspectivas apontadas por Louis Quéré

(2005, p. 59). Em “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, o autor inicia o artigo citando George H. Mead e Hannah Arendt. Segundo o primeiro autor, “o acontecimento [é] o que se torna”. (1932, p. 51 *apud* QUÉRÉ, 2005, p. 59). Já para a segunda autora, “o sentido real de todo acontecimento transcende sempre as ‘causas’ passadas que lhe podem ser associadas (...) mas, além disso, esse mesmo passado apenas emerge graças ao acontecimento.” (1980, p. 75 *apud* QUÉRÉ, 2005, p. 59). A partir desta introdução, o autor desdobra o assunto pautando-se pelas categorias de acontecimento. De acordo com este, há, por exemplo, acontecimentos que se constroem independentemente da vontade dos indivíduos, aqueles que são provocados pelos sujeitos sociais, além dos que se constituem como marcas na trajetória de vida de uma pessoa ou na memória coletiva de uma sociedade.

Constata-se, assim, o poder do acontecimento, uma vez que ele pode determinar o início ou o término de um período estabelecendo novos valores e normas de conduta, o que significa o princípio de uma nova época. Trata-se de uma relação entre passado e futuro do acontecimento que se verifica por meio da construção de sentido e significado. Neste processo, alguns exemplos podem ser citados como a “ida do homem a Lua” e o ataque às torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001. Louis Quéré (2005), fundamentando-se em H. Arendt (1980), afirma que o acontecimento possui duas vertentes hermenêuticas: ele precisa ser compreendido muito além do que somente explicado e faz com que haja um processo de compreensão da realidade, ou seja, apresenta uma dimensão reveladora dos fatos.

Para tanto, estas duas compreensões carecem de um estudo de causas acerca dos desdobramentos que geraram o acontecimento em si tendo-se como referência a comprovação do acontecimento e da experiência de seus efeitos, uma vez que

(...) o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. (...) Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É porque ele acontece a alguém que ele “se torna”, para retomar a definição de Mead (...). (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

É nesta perspectiva que o sujeito social apresenta-se intrinsecamente relacionado com o acontecimento, uma vez que algo acontece a alguém e se desdobra através das respostas que este alguém fornece na situação vivenciada. Esse processo permite que o acontecimento se torne notícia e envolva outros sujeitos sociais, no sentido de que estes também podem ser afetados diretamente em suas vidas por um mecanismo que se iniciou com um indivíduo especificamente determinado.

Desta forma, “quando pode responder-lhe, a sua resposta é mais do que uma simples reação: a pessoa enfrenta o que lhe acontece. O que significa: apropriar-se do acontecimento em função do que ele é; (...)” (QUÉRÉ, 2005, p. 73). É importante ressaltar, contudo, que o poder de ação exercido pelo sujeito social sobre o acontecimento limita-se no fato de que uma vez realizado, não há como o modificar, segundo o autor, “o que teve lugar, teve lugar.” (*idem*). O acontecimento é, portanto mais do que um fato no mundo é um enriquecimento de fatos históricos que compreendem a realidade social e a possibilitam.

Enquadramento e humanização das fontes

Dentro da perspectiva suscitada, é necessário considerar o tratamento das fontes, pois o enquadramento do sujeito no processo de produção das notícias pode conduzir à humanização ou ao sensacionalismo do acontecimento. O sensacionalismo, em vários casos, é confundido com a humanização das fontes no sentido da exposição máxima destes personagens que se encontram por trás dos relatos e das notícias. Decorrente a isto, é importante estudar como o processo é construído, isto é, que mecanismos constroem a representação da imagem dos indivíduos.

Primeiramente, abordar-se-á, o que se constitui propriamente o enquadramento. Segundo Mauro P. Porto,

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadra-

mentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como macros interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais. (2004, p. 78).

O autor afirma que enquadramentos são instrumentos de poder fundamentais, uma vez que interferem diretamente na apreensão da realidade social por meio de práticas específicas como seleção, ênfase, exclusão e apresentação que interferem no processo de interpretação dos fatos. Neste âmbito, o autor cita Todd Gitlin:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal, ou visual, de forma rotineira (1980, p.7 *apud* PORTO, 2004, p.12).

Quando os jornalistas enquadram as falas dos cidadãos comuns como meras ilustrações de tese, ou quando as editam de forma contraditória aos mecanismos de edição que aplicam às falas oficiais ou autorizadas, realizam um processo de saliência que conduz a uma interpretação não só dos fatos e falas acerca destes, mas também a apreciações sobre os atores sociais envolvidos nos acontecimentos. Assim, o apagamento e a desvalorização da fala dos homens comuns refletem a situação destes na própria sociedade e reforça esta situação ao perpetuar uma forma de tratamento.

A humanização das fontes é uma abordagem do fato, não de forma pontual, porém de modo a aludi-lo às situações coletivas. Humanizar, portanto, é “resistir à tentação de estandarizar ou de precipitar análise sobre uma pessoa – mas, o que é mais complicado, não reduzir os significados possíveis que retratamos na história.” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 96). Humanizar é estabelecer um diálogo com a fonte que não se pautem pelo caráter da superficialidade ou do sensacional. Mas um diálogo contextualizado que permita várias interpretações de um caso isolado com vistas à generalidade e as afetações de uma realidade social nas suas

complexas redes de conexão entre indivíduos. As falas e o tratamento noticioso que estas recebem implicam em consequências diretas para a vivência do sujeito social, neste estudo, para o homem comum. A construção jornalística destes sujeitos não é inocente; trata-se de reflexo e refração de uma realidade e reforço de estereótipos sociais arraigados na sociedade.

Caderno *Cotidiano*: uma análise

O presente artigo possui como *corpus* de pesquisa oito matérias publicadas no caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S. Paulo* durante os meses de agosto a dezembro de 2010; período definido de maneira aleatória, durante a época de realização desta pesquisa. Neste período, foram lidas todas as matérias do *Cotidiano* e, ao final, optou-se pela análise das matérias que apresentavam “pessoas comuns” como fontes principais. O objetivo do estudo foi constatar como o cidadão comum é tratado enquanto fonte de informação.

Para tanto, optou-se pelas perspectivas do enquadramento jornalístico uma vez que o processo contribui para a organização dos discursos, desse modo, o trabalho analisou o enquadramento das matérias selecionadas, baseando-se em uma análise de conteúdo que não confere ao texto um sentido intrínseco, mas que toma o texto como expressão de significados socialmente inscritos (LEAL e ANTUNES, 2011). Foram examinadas como as falas das fontes são introduzidas e contextualizadas na produção das matérias; como são editadas; que tipo de contribuição estas oferecem; como são identificadas; se se constituem em citações literais ou se são classificadas como falas indiretas.

A metodologia pautou-se pelos seguintes aspectos: pelas expressões características que introduzem as citações (de acordo com, segundo, declarou, falou, afirmou); pelo tipo de atividades que estas vozes desempenham (Governo/ Estado/ Instituições Públicas, Entidades Independentes, Iniciativa Privada e Indivíduos não vinculados a instituições) e a que ramo de atividade estas vozes pertencem (Cidadão comum, Poder Executivo, Atletas, Clubes e Entidades Esportivas, Polícia/Forças Armadas, Profissionais e Especialistas, Poder legislativo, Empresas, Sindicatos, Associações de Classe/ONGS/ Igrejas, Poder Judiciário, Instituto de Pes-

quisa, Outros). Quanto ao tema optou-se, pelo próprio caráter do caderno Cotidiano, pelo tema geral. Além disto, observou-se em que os trechos discursivos contribuem na produção jornalística (Opinião/Enquete/ Comentário; Explicação/Interpretação/Justificativa; Fornecimento de dados; Manifestação de perspectiva/ Posicionamento; Testemunho). Atentou-se também para a participação feminina e masculina como fonte. Os aspectos metodológicos explicitados anteriormente se baseiam no estudo desenvolvido por Eduardo Meditsch e Mariana Segala, no artigo “Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro” (2006).

Antes do fornecimento dos dados referentes às fontes obtidos na pesquisa, é importante fazer algumas considerações sobre as fontes no processo jornalístico. Segundo Nelson Traquina (2001, p. 104), fonte de informação é a pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Desta forma, é invariável que ela (a fonte) apareça na construção da notícia e na publicação da mesma, porém deve-se atentar para a forma como tal sujeito é colocado na narrativa de acordo com o seu lugar de fala.

Seguindo referências de Nilson Lage (2001) sobre o assunto, podem-se dividir as fontes em oficiais, oficiosas e independentes. Ele, ainda, ressalta a existência de fontes primárias, secundárias, testemunhas e *experts*. Segundo o autor, fontes oficiais são aquelas ligadas ao poder executivo ou a entidades e associações, já as fontes oficiosas, discorrem em nome de um governo ou entidade determinada, mas não possuem a devida autorização para esta fala. As fontes independentes não mantêm nenhum vínculo com o poder instituído. Devem ser considerados, ainda, as testemunhas, que correspondem aos que tiveram acesso direto aos fatos citados e os *experts*, que realizam uma construção informativa de âmbito técnico dos fatos, processo que compreende uma construção de conhecimento específica de determinada área de estudo, ou setor de trabalho. Cada tipo de fonte implica significações e valores no exercício do jornalismo. Neste aspecto, torna-se necessário explicitar o que cada uma das categorias principais representa para obter-se um entendimento de uma possível hierarquia de fontes e uma “justificativa” para o apagamento do homem comum como fonte.

As fontes oficiais por estarem relacionadas ao Estado, às empresas ou às organizações recebem a preferência dos jornalistas, uma vez que transmitem maior credibilidade e “aparentemente menor necessidade de apuração” em uma rotina que preza pela instantaneidade e pelo *dead line*. Pessoas influentes recebem mais visibilidade e com isto maior valorização em relação ao cidadão comum. Baseando-se em Jorge Pedro Sousa (1998), Eduardo Meditsch e Mariana Segala (2006, p. 20) apontam para “a valorização das pessoas influentes como fornecedoras de informação, em detrimento do cidadão comum, o que impossibilitaria uma perfeita ‘polifonia social’”. Mas, no quesito valorização deve-se incluir, não somente o direito à fala, mas também o tipo de fala que às fontes é permitido. A partir destas considerações, pode-se iniciar a análise do objeto.

No que diz respeito às atividades desempenhadas pelas vozes que predominam na seção estudada, percebe-se que a maior parte, o que corresponde a 46%, é classificada como cidadão comum. A segunda maior porcentagem (27%) representa as vozes do poder executivo. A fala de profissionais e especialistas é a terceira maior fonte (13,5%). Este processo ocorre porque, por meio das falas dos especialistas, há uma imposição de uma verdade tangível e passível de ser verificada.

Outro aspecto analisado corresponde à relação entre ramo de atividade e tipo de fala. Neste fator, conclui-se que ao cidadão comum é fornecida a função de prover opinião, comentário, posicionamento e testemunho, principalmente. Diferenciando-se desta condição, as fontes oficiais, os profissionais e os especialistas contribuem com explicação, interpretação, justificativa, perspectivas e fornecimento de dados sobre o que se noticia. O resultado é o subjugamento e a subvalorização das falas dos entrevistados que se enquadram dentro da denominação de “homem comum”, pois, estes são “autorizados” a fornecer apenas falas ilustrativas, o que banaliza, desqualifica e confere apagamento à participação destas vozes.

Percebe-se que quanto ao tipo de atividade, há predominância de falas de indivíduos não vinculados a instituições (54,5%), seguido pelas citações de governo, Estado e instituições públicas (33,3%). Isto está relacionado diretamente com o fato de as reportagens desta editoria compreenderem, na sua quase totalidade, artigos que retratam problemas cotidianos

vivenciados por habitantes de áreas periféricas dos grandes centros, quando não tratam de fatos que se passam em espaços considerados como marginais.

Há duas fontes principais: os moradores que convivem com os “problemas” e os denunciam e as autoridades competentes que revelam perspectivas de ação e desdobram um posicionamento e uma justificção para a situação vivenciada por estes habitantes. O processo pode ser percebido nas próprias manchetes. Alguns exemplos deste tipo são: “*Córrego onde casal morreu alaga há 20 anos, dizem moradores.*” (matéria de autoria de Rafael Veleda e Natália Cancian publicada na edição de quinta-feira, 27 de outubro de 2010, p. C8); “*Chuvas em Minas deixam dois mortos; Defesa Civil faz alerta*” (matéria de autoria de Paulo Peixoto publicada na edição de 29 de dezembro de 2010, p. C4) e “*Um mês depois, complexo do Alemão desconfia de progresso*” (matéria de autoria de Fabia Prates publicada na edição anteriormente mencionada, p. C5).

O lugar de fala a que pertencem as fontes constitui um aspecto essencial para o enquadramento do sujeito como fornecedor de informação. Deste modo, abordam-se as possíveis implicações que o espaço de origem das falas gera no enquadramento do sujeito social. Há que se ressaltar que não se trata apenas de um conceito geográfico no seu sentido restrito de delimitação física, mas principalmente, refere-se à questão cultural e os aspectos que dela desdobram-se. Nesta conjuntura, a pesquisa adotou alguns conceitos desenvolvidos por Michel de Certeau, já que, segundo o autor, “as estruturas narrativas tem valor de sintaxes espaciais” (2000, p. 199). Os relatos constituem transportes coletivos para espaços vivenciados e construídos que se encontram distantes do sujeito ao qual se dirige. O estudioso afirma que todo relato é classificado como relato de viagem e implica em uma prática do espaço (op.cit., p. 200).

Segundo Michel de Certeau, espaço “é um lugar praticado” (op.cit., p. 202), ou seja, é construído por meio das práticas sociais e não somente pelo *estar no mundo*. As falas, desta forma, realizam feitura de espaço, de um viver social o que compreende relações de convivência entre sujeitos em um determinado meio. Os relatos permitem acesso a este espaço e também promovem a construção do mesmo. Devido ao processo, percebe-se como as vozes

das fontes e o tratamento a elas conferido possuem relevância para a composição da imagem do cidadão que a enuncia.

Ainda segundo o autor, o relato descreve e com isto cria e pode até mesmo adquirir caráter performático dependendo das situações em que se enquadra, além de fundar espaços. Os depoimentos e dizeres de outrem que se materializam no que o jornalismo denomina de fontes de informação regimentam uma biografia do lugar a que se referem por meio de processos polifônicos ou não, dependendo do acesso à mídia que estas vozes possuem e, principalmente, do enquadramento que recebem.

Corroborando com a perspectiva, “antes do juízo, vem o relato” (*op. cit.*, p. 212). Vozes e lugares se coadunam formando um *constructo* imagético referencial que conduz a julgamentos de valores, estratificações sociais e, principalmente, a atribuição de funções sociais a serem desempenhadas por aqueles que se encontram em momento de interação, ou melhor, de interlocução e diálogo com o sujeito que solicita a fala do enunciador.

No estudo, constata-se uma participação masculina de 74%, enquanto a manifestação feminina compreende 26%. A presente análise não visa atender questões de gênero, mas a partir destes dados pode-se notar um processo que permeia toda uma “vertente” de formação profissional. À voz de especialistas e profissionais masculinos atribui-se mais espaço e com isto notabilidade e credibilidade nos veículos comunicacionais.

O enquadramento das citações define o que é formador ou não de opinião sobre as categorias de fontes. Todo este processo é resultado de seleções, edições e ênfases dadas às partes de estruturas que compõem citações diretas ou indiretas de fontes oficiais e de fontes não oficiais. É importante lembrar que o jornalismo não é o espelho do real, mas estes mecanismos podem, dependendo da forma como são utilizados, contribuir para a perpetuação das opressões vigentes entre estratos sociais estabelecidos.

Assim, há a construção da realidade social por meio de ações que mantêm o sistema vigente de exclusão social. Constitui-se uma redução dos meandros de complexidade da construção social e altera-se a compreensão da mesma, o que prejudica as “tomadas” de ação que movem a sociedade. Verifica-se, dessa forma, como o uso das fontes implica em todo um

contexto de classificação social e de exercício de poder. Os enquadramentos diferenciados aludem aos papéis sociais identificados e aos rótulos construídos na sociedade.

As tabelas abaixo fornecem mais detalhes sobre a pesquisa.

Tabela 1 – Vozes: Tipo de atividade

	Quantidade	%
Governo/Estado/Instituições públicas	11	33,3
Entidades independentes	2	6,1
Iniciativa privada	2	6,1
Indivíduos não vinculados a instituições	18	54,5
Total	33	100

Tabela 2 – Vozes: Ramo de atividade

	Quantidade	%
Cidadão Comum	17	46
Poder Executivo	10	27
Atletas, Clubes e Entidades Esportivas		0
Polícia / Forças Armadas	1	2,7
Profissionais e especialistas	5	13,5
Poder Legislativo		0
Empresas	1	2,7
Sindicatos / Associações de classe / ONGs / Igrejas		0
Poder Judiciário		0
Institutos de Pesquisa	1	2,7
Outros	2	5,4
Total	37	100

Tabela 3 – Participação de gênero

Sexo	Quantidade	%
Homem	20	74
Mulher	7	26
Total	27	100

Considerações finais

O jornalismo possui papel social definido, o que significa que há uma expectativa em torno da função que exerce na sociedade. Desta forma, quando os profissionais da área, responsáveis pela produção de notícia e veiculação de informação, transmitem um olhar sobre a realidade, há um contrato tácito com o cidadão (tanto quando o sujeito é interpelado diretamente pelos jornalistas que requerem um relato ou uma fala ou quando o sujeito constrói a narrativa jornalística de forma menos evidente, durante o processo de leitura e interpretação da produção) no que diz respeito à tentativa de aproximação da veracidade.

O acontecimento possui valor notícia a partir do momento que acontece a alguém e implicará em consequências ou perspectivas de afetação que envolvem outros sujeitos sociais. Em decorrência deste mecanismo, é injustificável um jornalismo que não se construa por meio de entrevistas em que haja diálogo com as fontes de informação. Neste processo, há a necessidade de uma prática ética e cidadã, uma vez que a hierarquização de fontes e a construção de funções pré-definidas para estas a partir de uma “lógica de mercado” (no sentido trabalhado por Pierre Bourdieu, 2008) corrobora um procedimento de construção de estereótipos sobre o homem comum.

Na análise das matérias do caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S. Paulo*, constatou-se como o enquadramento é um recurso que permeia esta situação a partir da qual uma imagem, por meio do relato, desloca o sujeito para a realidade a que a fala se refere. Porém, há ruídos dentro deste emaranhado de interpretações, quando a interpretação final conduz a um

espaço social construído de uma forma que precisa ser revista, modificando-se o método de apropriação de informações e falas que o impresso, no caso em estudo, assume.

O sujeito comum é construído, então, como uma pessoa autorizada a ilustrar a matéria ou reportagem com depoimentos de cunho opinativo, condizente com a realidade social que vive e tendo como contexto um reflexo de um espaço praticado em que prevalece o caráter de submundo e de marginalização. A realidade estereotipada e superficial é produzida na edição das falas por meio de técnicas de seleção, ênfase e exclusão, como visto anteriormente.

Outro aspecto importante, constatado na análise das matérias, é o processo de supervalorização das fontes enquadradas como especialistas. Este mecanismo desenvolve-se dentro de uma perspectiva que remete “arautos de verdade” às vozes especializadas. Há, dessa forma, um *status* presente nestas falas que não pode ser encontrado nas falas do sujeito comum, que se classificam, frequentemente, como já visto, em opiniões.

Por meio dos relatos dos entrevistados e como estes são apresentados percebe-se, no estudo do impresso, que há uma tendência de subvalorização do sujeito comum como pessoa de fala. A marginalização de sua voz, como foi antes explicitada, é resultado de uma série de fatores sociais como a formação profissional, grau de instrução, lugar onde vive e principalmente a condição socioeconômica que apresenta.

Referências Bibliográficas

- AGORA (20 de set. 2010). Maioria dos piscinões de SP estão sujeitos. **Folha de S. Paulo** [impresso], p. C5.
- ANTUNES, Claudia (12 de ago. 2010), Morador de favela ainda luta para ser reconhecido. Preconceito de classe continua alto, diz antropóloga americana. **Folha de S. Paulo** [impresso], p. C6.
- BERGER, C.; TAVARES, F. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. In: Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo, 7, 2009, São Paulo. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/christa_berger.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

- CANCIAN, Natália; VELEDA, Rafael (27 de out. 2010), Córrego onde casal morreu alaga há 20 anos, dizem moradores. Folha de S. Paulo [impresso], p. C8.
- CASTRO, Cristina Moreno de (7 de out. 2010), Moradores fecham acordo com idealizadora da calçada da Fama. Folha de S. Paulo [impresso], p. C4.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CORREA, Vanessa (27 de ago. 2010), Acostumado ao sertão nordestino, pedreiro não reclama do tempo seco. Folha de S. Paulo [impresso], p. C5.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: 2001.
- _____. **Fontes e fontes**. Florianópolis. Disponível em <www.jornalismo.ufsc.br>. Acesso em: 20 de junho de 2011.
- LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e complicações de uma metodologia. In LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. (orgs). **Jornalismo e Acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011.
- MAIA, Marta R. **Os diversos “Brasileiros” em revista**. Revista Eco-Pós, UFRJ. v. 13, nº 3, p.213-229, set. a dez.2010.
- MEDITSCH, Eduardo e SEGALA, Mariana. **Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro**. Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC, Prisma.com. p. 16-42, 2006.
- OLIVEIRA, Elida (16 de out. 2010). Desabrigados de Paraitinga já ocupam novas casas. Folha de S. Paulo [impresso], p. C9.
- PEIXOTO, PAULO (29 de dez. 2010), Chuvas em Minas deixam dois mortos; Defesa Civil faz alerta. Folha de S. Paulo [impresso], p. C4.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- PORTO, P. Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A.C. (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/ UNESP. p. 74-104, 2004.



Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

*Iniciacom – Revista Brasileira
de Iniciação Científica em
Comunicação Social*

PRATES, Fábio (29 de dez. 2010), Um mês depois, complexo do Alemão desconfia de progresso. Folha de S. Paulo [impresso], p. C5.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: Trajectos, n. 6, p. 59-75, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. 1ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.